

INTERVENÇÃO----SOLIDARIEDADE

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo

Chegados ao século XXI, com notáveis progressos materiais e um desejo enorme de liberdade e de democracia notado por todo o globo, fornecendo oportunidades únicas para a construção de um mundo melhor, olhamos para o lado e verificamos que existem ainda desigualdades sociais gritantes.

Apesar de tanta abundância nunca o mundo teve tantas desigualdades. Nunca, como hoje, as pessoas estiveram tão solitárias. Uma forma de exclusão social bem evidente. Mas existem muitas outras. Se não vejamos:

A quantos falta ainda um vencimento condigno para fazer face às suas necessidades básicas: alimentos, roupas, remédios, casa, etc? Falta que dão origem à falta de cultura que, por sua vez, gera ausência de outros bens materiais.

Quantos vivem ainda em barracas na periferia das grandes cidades, onde não há higiene, onde as pessoas se aglomeram umas sobre as outras em autêntica pobreza e ignorância?

Em quantos cantos do mundo morrem crianças por falta de pão e de medicamentos? E quantas dessas mesmas crianças são vítimas da destruição da guerra? Injustiça que lhes tolhe a vida e lhes rouba os sonhos da infância, numa fase em que ela devia ser alegria.

E como se isto não bastasse, a agravar este mundo desumano todos sentimos, em cada dia que passa, que não há paz. A ameaça do terrorismo e os diversos tipos de *tsunamis* são cada vez mais evidentes nos vários cantos do globo. Tais factos por todos nós conhecidos geram muita angústia e inúmeras necessidades.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo

Mas se, por um lado, o ser humano, consciente ou inconscientemente concorre para todas aquelas necessidades, é também este mesmo ser humano que, com o seu espírito altruísta, consegue atenuar muito do sofrimento daquelas chagas sociais.

O grande número de I.P.S.S.'s existente na nossa Região é bem a prova disso. Estas entidades, privadas e autónomas, têm como objectivos comuns a defesa dos mais desfavorecidos.

De acordo com os seus princípios estatutários, o seu papel é apoiar de forma desinteressada, mas efectiva e com qualidade, os órfãos, as vítimas de maus-tratos, os deficientes e marginalizados, os idosos, os doentes, etc.

Estas Instituições tudo fazem para que os serviços prestados à comunidade sejam eficientes e de grande qualidade.

E se não fosse o grande espírito solidário de muitos cidadãos açorianos, que nelas se envolvem, garanto-vos que, algumas não teriam longa vida e a sociedade local estaria mais pobre.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo.

Sem querer ser maçadora, é interessante verificar o quanto se tem feito nesta área e que grandeza de nobres sentimentos existe espalhada, por todas as ilhas dos Açores!

O constante crescimento do número de I.P.S.S.s, apoiadas pelo Governo Regional, bem como o aumento do número de utentes que delas beneficiam, é deveras significativo e uma mais valia para a sociedade açoriana em geral.

Com a criação do Despacho Normativo Regional n.º 70/99, de 1 de Abril, da Secretaria dos Assuntos Sociais, fica bem expressa a intenção de ajuda por parte daquela Secretaria, valorizando e apoiando também, técnica e financeiramente, as I.P.S.S.s através de acordos de cooperação, em forma de três modalidades: de funcionamento, de investimento, de cedência de instalações apoio eventual.

Reportando-me a 1996, e baseando-me em dados da Direcção Regional da Solidariedade, verifica-se que, nesse ano, existiam na Região apenas 121 I.P.S.S.s com acordos de cooperação/funcionamento. Hoje, ascendem a 209 (+72%).

Só na ilha de S. Miguel nota-se um aumento na ordem dos 108%, seguindo-se o Pico (75%) e depois a Terceira (57%).

Passando à análise dos quadros “Evolução dos Equipamentos Sociais” e Evolução dos Acordos de Cooperação”- funcionamento, da mesma Direcção Regional, podemos avaliar o esforço que se tem feito, em termos de investimento, nos últimos quatro anos, nesta Região, de modo a minorar os problemas sociais das seguintes áreas:

	Ano	Ano	
Infância e Juventude	2000	2005	
N.º de equipamentos.....	188	247	(+31%)
Investimentos c/ Acordos...	9,5 milhões €	16,3 m.€	(+72%)
Família e Comunidade	2000	2005	
N.º de equipamentos.....	10	72	(+620%)
Investimentos c/ Acordos...	700 mil €	2,6 milhões €	(+271%)
Invalidez e reabilitação	2000	2005	
N.º de equipamentos.....	19	28	(+47%)
Investimentos c/ Acordos..	944 mil €	3,1 milhões €	(+228%)
Terceira Idade	2000	2005	
N.º de equipamentos.....	158	196	(+24%)
Investimentos c/ Acordos..	5,3 milhões €	9,1 milhões €	(+72%)

Ainda na análise do referido quadro registei, com muito agrado, o apoio que tem sido dado às mulheres a partir do ano de 2000, tais como: apoio à mulher vítima (S.O.S. Mulher), Centros de Acolhimento para mulheres, Unidade de Vida Protegida, de Vida Apoiada, Centro de Acompanhamento Social, Rede de Residências para Toxicodependência, etc. e outras valências quase inexistentes até àquela data.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo

Muito mais havia a dizer sobre esta temática.

Todavia, não querendo maçar mais, V. Exas, antes de terminar, gostaria, apenas, de lembrar àqueles que beneficiam do trabalho das I.P.S.S.s, que o desenvolvimento destas e a sua felicidade depende não só dos apoios governamentais, que são imprescindíveis, mas, sobretudo, deles; melhor dizendo, do seu empenhamento. Todos se deveriam envolver: dirigentes, trabalhadores, pessoas acolhidas naquelas instituições, bem como os seus familiares, e ainda a sociedade em geral. Repito todos, de modo a tornar as mesmas mais eficientes. E falando do envolvimento da comunidade nesta área, dou razão a um amigo que dizia: cada cidadão devia adoptar outro cidadão.

Quanto aos representantes das mesmas, devem estar atentos às novas formas de pobreza e de exclusão social, para poderem encontrar formas inteligentes, criativas e eficazes, indo de encontro a quem sofre a solidão, a pobreza e, ainda, a todos aqueles que vão ficando nas bermas da estrada do sucesso.

Todavia, para que as I.P.S.S.'s tenham longa vida, devem ser também criativas, com lufadas de ar fresco na composição dos seus órgãos sociais, propondo ao Governo soluções no sentido de pôr fim aos problemas sociais mais gravosos. Por seu lado os Governos devem apreciá-las e acalentá-las, transformando-se assim esta parceria numa mais valia para ambas as partes.

Horta Sala das Sessões, 16 de Março de 2006.

A Deputada Fernanda Trindade